



# GESTÃO FISCAL

Informativo

3º Quadrimestre de 2022



Assembleia Legislativa  
do Estado de Pernambuco

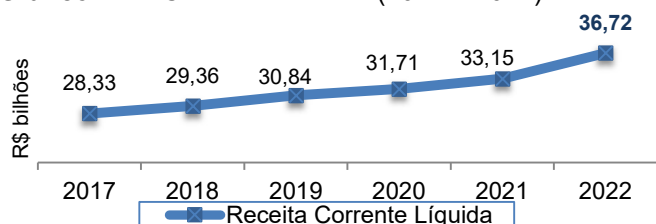
## 3º QUADRIMESTRE DE 2022

## Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2022 a dezembro/2022), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como os da dívida pública e dos gastos com pessoal.

No exercício de 2022, a RCL apresentou um crescimento real (acima da inflação) de 10,8% em relação ao valor registrado no ano anterior. A maior parte desse aumento ocorreu por conta do aumento do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e de transferências extraordinárias da União, a exemplo dos precatórios do Fundef.

**Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2017 a 2022)**



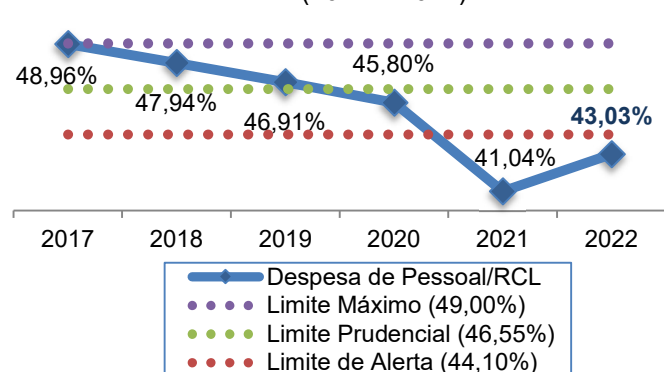
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).  
\*Dados atualizados pelo IPCA.

## Despesa com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal (DTP), estabelecido pela LRF, é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O exercício de 2022 vivenciou um aumento da relação DTP/RCL, invertendo a sequência de quatro anos em queda. Ainda assim, o governo estadual ficou abaixo dos limites estabelecidos.

**Gráfico 2 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2017 a 2022)**



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

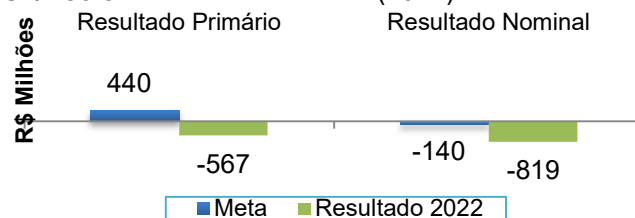
## Resultados Primário e Nominal

O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto juros, operações de crédito e amortizações da dívida). Déficits primários, como o ocorrido em 2022, contribuem para aumentar o estoque total da dívida fiscal líquida.

Já o resultado nominal representa a soma do resultado primário com a diferença entre o total de juros recebidos e pagos. Um resultado nominal negativo, a exemplo do observado em 2022, indica aumento da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um déficit nominal.

Em relação às metas estabelecidas na LDO 2022, verifica-se que o Poder Executivo obteve resultados primário e nominal bastante inferiores às metas traçadas. Segundo o RREO, o déficit primário foi resultado da utilização de parte do superávit financeiro apurado em 2021.

**Gráfico 3 – Resultados Fiscais (2022)**



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

## Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização). Em 2022, o Funafin registrou déficit de R\$ 2,85 bilhões. Já o Funaprev, em funcionamento desde abril de 2020, registrou apenas receitas, que totalizaram R\$ 85,9 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R\$ 1,87 bilhão. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

**Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2022**

Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	85,9	0,0	<b>85,9</b>
Funafin	2.821,3	5.670,4	<b>-2.849,1</b>
Proteção Social Militar	393,8	2.264,7	<b>-1.870,9</b>

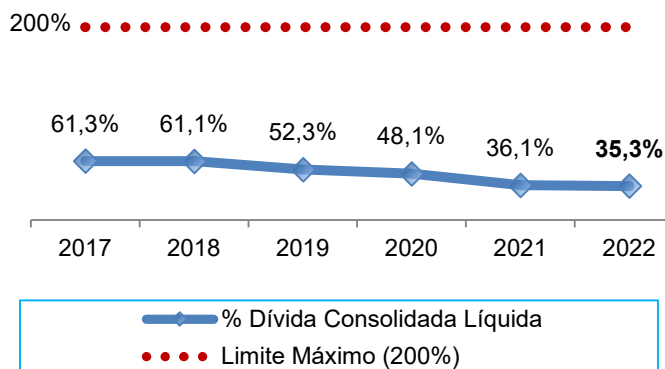
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

## Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente a 200% da RCL. O patamar pernambucano em dezembro de 2022 foi equivalente a 35,3%, menor percentual da série histórica e bem abaixo do limite.

**Gráfico 4 – Dívida Consolidada Líquida (2017 a 2022)**



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

## Disponibilidade de Caixa – Poder Executivo

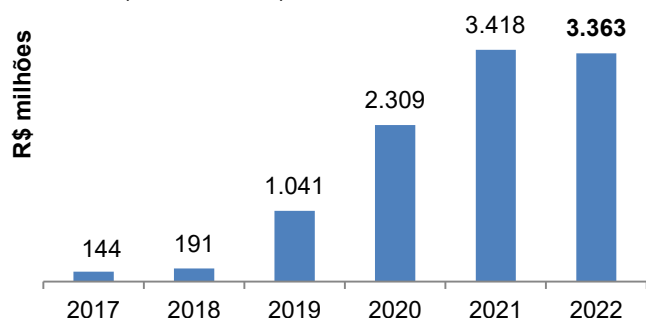
A Disponibilidade de Caixa Líquida advém da disponibilidade de caixa bruta subtraída das obrigações financeiras, inclusive dos Restos a Pagar.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem restar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Ao fim de 2022 a disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo teve uma leve queda de 1,6% em relação a 2021. Ainda assim, alcançou o segundo maior patamar dos últimos seis exercícios.

Ressalta-se que os recursos vinculados (que têm destinação específica) representam 88,2% da disponibilidade líquida total de 2022.

**Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa Líquida – Poder Executivo (2017 a 2022)**



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (3º quadrimestre).

\*Dados atualizados pelo IPCA.

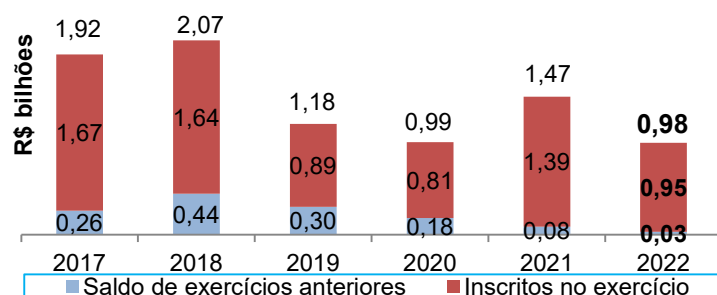
## Restos a Pagar – Poder Executivo

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano, distinguindo-se as processadas (já liquidadas) das não processadas (apenas empenhadas).

O total de Restos a Pagar do Poder Executivo Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2022 era equivalente a R\$ 979,6 milhões, dos quais 3,1% advinham de exercícios anteriores e 96,9% foram inscritos ao final do próprio ano de 2022. Diferentemente de 2021, não houve inscrição de empenhos não processados.

Observa-se, ademais, que o exercício de 2022 registrou queda de 33,5% das obrigações a quitar nos exercícios seguintes, ficando, assim, em patamar equivalente ao de 2020.

**Gráfico 6 – Restos a Pagar do Poder Executivo (2017 a 2022)**



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

\*Dados atualizados pelo IPCA

## Despesas por Função

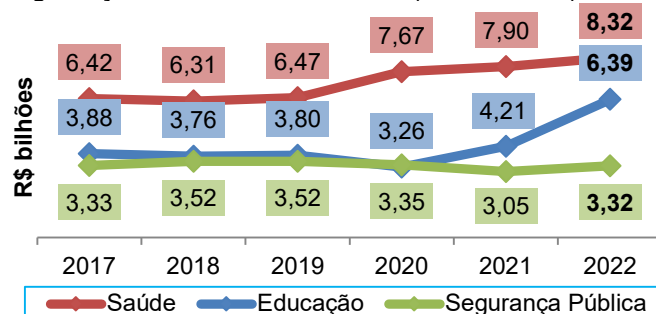
É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função.

De um lado, percebe-se que os gastos com a saúde em 2022 superaram em 5,3% os de 2021, quando ainda eram mobilizados muitos recursos para o enfrentamento da pandemia.

As despesas com educação apresentaram significativo aumento em 2022 (51,6%), reforçando o crescimento verificado em 2021 (29,4%). Esse incremento foi fruto de um reajuste significativo concedido aos profissionais de educação e do aproveitamento dos precatórios do Fundef.

O estado também elevou suas despesas com segurança pública (+8,8%), revertendo a queda ocorrida no ano anterior (-9,0%).

**Gráfico 7 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2017 a 2022)**



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (6º bimestre).

\*Dados atualizados pelo IPCA.